

DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: ANÁLISE EMPÍRICA

IVONE AMÉLIA PIMENTA DE FREITAS

Escola Superior de Gestão
Instituto Politécnico do Cávado e Ave

SÓNIA PAULA DA SILVA NOGUEIRA

Centro de Investigação em Ciência Política (CICP)
Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo
Instituto Politécnico de Bragança
Centro de Investigação em Ciência Política (CICP)

NUNO ADRIANO BAPTISTA RIBEIRO

Unidade de Investigação Aplicada em Gestão (UNIAG), Instituto Politécnico de Bragança
Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia

Área temática: F) Sector Público

Palavras-chave: Índice de Transparência Municipal, Governo Local, Municípios Portugueses, Teoria da Agência.

DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: ANÁLISE EMPÍRICA

ABSTRACT

Transparency is universally regarded as an element of good governance. The new form of activity of local governments, including the accountability of these voters/taxpayers, medium, control bodies and other interested parties to monitor the activities of governments emphasize the attention given to transparency and its determinants.

The economic, social and financial context that local governments are subject requires them to be as transparent as possible in order to create greater involvement of citizens in the affairs of political and simultaneously promote greater accountability of the local voters to those same citizens. However, transparency levels are often below the standards required for public or government agencies. Particularly, at the local level, the transparency practices may vary substantially from one local government to another.

Despite recent efforts, the current empirical research does not provide definitive answers yet about the reasons for the fluctuations in the levels of transparency. The main objective of this study was to identify the determinants of transparency in Portuguese municipalities. Using the Municipal Transparency Index of years 2013 and 2014 we tried to study the socio-demographic variables, political and economic-financial to the universe of 308 Portuguese municipalities, through the test the research hypotheses previously formulated in the light of agency theory.

Statistical results indicate that the size, individuals with age between 15 and 74 years old use the internet, education level, aging index, unemployment rate, financial autonomy and net debt are determinants of transparency in Portuguese municipalities. There was no empirical evidence for the political variables, e.g., form of government, political ideology and political/electoral participation.

1. INTRODUÇÃO

A transparência é um elemento-chave para uma melhor governação no setor público (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, 2001), na medida em que melhora a tomada de decisões (Bastida & Benito, 2007) e aumenta o incentivo para os cidadãos votarem (Benito & Bastida, 2009).

A nova forma de atuação dos governos locais, designadamente na prestação de contas destes aos eleitores/contribuintes, média, organismos de controlo e outras partes interessadas em acompanhar as atividades dos governos, acentua a atenção dada à transparência e seus determinantes.

A preocupação com a transparência da gestão da administração local para com os cidadãos, tem sido, nos últimos anos, fortemente influenciada pela descentralização de competências nos governos locais e pela independência de que estes gozam face ao governo central. As novas áreas de atuação do poder local (e.g., setores da água, resíduos, saneamento básico, cuidados de saúde e ensino básico) levam os dirigentes autárquicos a terem um maior cuidado com a gestão dos fundos públicos.

O contexto económico, social e financeiro a que os governos locais estão sujeitos obriga a que estes sejam o mais transparentes possível, no sentido de criar um maior envolvimento dos cidadãos nos assuntos da vida política e, simultaneamente, promover uma maior responsabilização (*accountability*) dos eleitos locais perante os mesmos.

Também a necessidade dos eleitores avaliarem a atuação dos eleitos, de acordo com as responsabilidades que lhes foram atribuídas, permite concluir que a transparência cria um vínculo em que os cidadãos poderão estar mais e melhor informados para, assim, avaliarem os governos que elegeram, representando um sinal de uma democracia mais saudável.

A relevância do papel da transparência na qualidade da democracia, os seus impactos ao nível da eficiência da gestão dos recursos públicos e os estudos empíricos realizados sobre a transparência ainda não fornecem resultados que permitam extrair conclusões concretas sobre os determinantes dos níveis de transparência.

Em grande medida, esta lacuna da literatura tem persistindo devido à falta de medidas de confiança e operacionais de transparência (Piotrowski & Bertelli, 2010). No entanto, nos últimos anos, tem-se assistido ao desenvolvimento de Índices de Transparência nos governos locais, em diferentes países.

O principal objetivo deste artigo é contribuir para a literatura científica, procurando responder à seguinte questão de investigação: “*quais são os fatores determinantes da transparência nos municípios portugueses*”. O principal propósito é identificar quais são, para a realidade dos municípios portugueses, os fatores que determinam o nível de transparência. Para a concretização do objetivo proposto recorreu-se aos resultados do recém-desenvolvido Índice de Transparência Municipal (IMT), para os anos 2013 e 2014.

Este artigo encontra-se estruturado em duas partes, após a nota introdutória. Na primeira, constituída pelos pontos 2 e 3, efetua-se o enquadramento teórico, onde se apresenta o relacionamento entre a teoria da agência, *accountability* e transparência, bem como os estudos relacionados com os determinantes da transparência nos Governos Locais a nível internacional e nacional. A segunda parte é dedicada ao estudo empírico, à apresentação dos resultados e à discussão das hipóteses. Assim, no ponto 4 evidencia-se o objetivo de estudo, as hipóteses de investigação e as variáveis, bem como a forma como serão tratados os dados. No ponto 5 apresentam-se os resultados da análise descritiva e bivariada. Por último, no ponto, 6 procede-se à discussão das hipóteses, tendo em consideração a literatura internacional. As

principais conclusões dos estudos e as linhas de investigação futura estão patenteados no ponto 7.

2. TEORIA DA AGÊNCIA, *ACCOUNTABILITY* E TRANSPARÊNCIA

Jensen e Meckling (1976) definem uma relação de agência como sendo um contrato pelo qual, uma ou mais pessoas (o principal – detentor de capital), contrata outra pessoa (o agente – gestor), para realizar um serviço ou trabalho em seu nome. Nesta relação contratual o principal delega alguma autoridade de decisão no agente, facto que origina conflito de interesses resultantes da separação entre propriedade e controlo. O agente nem sempre age no interesse do principal, o que origina que incorram custos de agência, resultantes da contratação de mecanismos de monitorização e perdas residuais.

O dilema do principal-agente envolve uma conceção relacional da *accountability*, tendo em conta a questão da informação (Ferejohn, 1999). O problema da *accountability* está relacionado com o problema da delegação, uma vez que as democracias representativas espelham uma relação de autoridade entre aquele que delega e aquele que é delegado. O principal delega ao agente um poder para realizar algo em seu interesse, cabendo ao agente atuar em nome dos interesses do principal.

A teoria da agência, tem sido amplamente aplicada à realidade empresarial, contudo nas últimas décadas tem-se assistido cada vez mais à utilização da mesma noutros contextos, designadamente na democracia representativa (Ferejohn, 1986). Considerando a abordagem da teoria da agência na democracia representativa, os eleitores (principal), através do voto, elegem políticos/governantes (agentes) para representarem os seus interesses através das políticas propostas pelos governos e orientações dadas à Administração Pública para a sua concretização. Também, os contribuintes ao financiarem as atividades públicas delegam, de igual modo, a decisão de afetação dos recursos públicos nos seus representantes.

Atentos na perspetiva da teoria da agência, a falta de transparência pode criar uma vantagem para os decisores políticos na concretização dos seus objetivos: os agentes (políticos/governantes) podem ter os seus próprios interesses que nem sempre minimiza o bem-estar dos eleitores. Assim, e de acordo com a referida teoria, a responsabilização (*accountability*) realiza-se na dimensão de uma democracia eleitoral, segundo uma conceção minimalista do processo democrático fundamental para a institucionalização da responsabilização (*accountability*) que consiste em reduzir o *déficit* de informação entre principais e agentes, aprimorando a transparência.

Alt *et al.* (2001) indicam que a transparência reduz as assimetrias de informação entre os agentes políticos e os cidadãos/eleitores. Os autores sugerem duas formas de diminuir este problema: (a) informar os eleitores sobre as ações tomadas pelos políticos eleitos (Ferejohn, 1999), ou (b) facilitar a coordenação nos resultados orçamentais entre as partes alternando no poder.

O conceito de transparência aparece ligado à economia da informação, em que o cidadão é visto como um investidor e consumidor de bens públicos. Na ótica de Ferejohn (1999), o principal investe os seus recursos na ação realizada pelo agente (políticos/governantes), esperando retorno no investimento realizado. O ponto de equilíbrio na relação entre o principal (eleitores/contribuintes) e o agente (políticos/governantes) depende da existência de entidades mais transparentes, que sejam capazes de reduzir as incertezas do investimento (Ferejohn, 1999). Conforme referido anteriormente, a transparência maximiza a *accountability* por possibilitar a redução da assimetria de informação entre o principal e o agente, garantindo assim um sistema de responsabilização possível pela redução dos segredos das entidades públicas. Segundo esta abordagem, para a teoria da agência, a transparência reforça a

accountability nos contornos da economia da informação, sendo o cidadão visto como um consumidor de bens públicos, isto é, financiador das atividades do setor público.

3. DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA NOS GOVERNOS LOCAIS

O número de estudos sobre os determinantes do nível de transparência nos governos locais é ainda reduzido e concentra-se fundamentalmente em questões financeiras. A literatura teórica-empírica existente revela a existência de um conjunto alargado de possíveis determinantes do nível de transparência nos governos locais, designadamente de caráter político, institucional, socioeconómico, demográfico e orçamental.

Bolívar, Muñoz e Hernández (2013) realizaram uma meta-análise da literatura existente sobre as práticas de transparência nos governos locais e concluíram que fatores como a “situação financeira” dos governos parece afetar sistematicamente os níveis de transparência financeira. No entanto, esses autores apontam que o contexto em que cada investigação é realizada também influencia, consideravelmente, os resultados.

Mais recentemente, vários autores têm vindo a utilizar os índices desenvolvidos pelo movimento do Índice de Transparência para analisar associações com várias variáveis socioeconómicas e, assim, explorar os determinantes da transparência (especialmente para o caso de Espanha). Alguns estudos utilizam índices parciais (com foco em dimensões específicas de transparência, geralmente, a transparência financeira) como variáveis dependentes dos modelos estimados de regressão multivariada (e.g., Guillamón, Bastida & Benito, 2011; Vicente, Benito & Bastida, 2013; Tavares & Cruz, 2014). Albalade del Sol (2013) usa os índices globais de transparência municipal que agregam os valores obtidos para cada dimensão de transparência.

Piotrowski e Van Ryzin (2007) e Piotrowski e Bertelli (2010) investigam também os determinantes da transparência do governo local através do estudo de uma medida de transparência, diferente da usada noutros estudos, assente em perceções. Por exemplo, Piotrowski e Van Ryzin (2007), através da aplicação de um questionário aos cidadãos, procuraram medir a transparência pelo número de pedidos de informação feitos pelos cidadãos aos municípios. Os resultados obtidos apontam para a existência de várias dimensões da procura por transparência e que fatores tais como a idade, ideologia política, confiança nos líderes políticos, frequência do contacto com o poder local e perceção de que o acesso ao governo é limitado parecem constituir fatores explicativos da procura da transparência.

O estudo realizado por Alegre, Peñas e Santias *et al.* (2012) tem como principal objetivo esclarecer os determinantes da transparência orçamental nos 33 municípios galegos através da aplicação de um questionário. Os resultados obtidos permitiram concluir que a participação eleitoral afeta a transparência fiscal e a dimensão do município afeta negativamente a transparência, mas apenas para os grandes municípios (municípios com mais de 5.000 habitantes).

Também, no âmbito da investigação dos determinantes políticos e económicos do nível da transparência orçamental, Alt *et al.* (2006) desenvolveram um estudo baseado em dados relativos à evolução dos procedimentos orçamentais recolhidos durante os anos de 1972 a 2002, para os 50 estados norte-americanos. Os autores adotaram como metodologia um inquérito por questionário. Os resultados obtidos permitem concluir uma associação positiva entre uma maior competição política e os níveis de transparência orçamental e, a nível orçamental foi observado uma associação negativa entre os níveis de endividamento e transparência e um efeito positivo no nível de transparência de desequilíbrios orçamentais, quer no caso de défices como de excedentes orçamentais.

Como anteriormente referido Guillamón, Bastida e Benito (2011) analisaram o impacto dos fatores socioeconômicos e políticos no nível de transparência orçamental, medido pelo índice de transparência orçamental de 2008, criado pela organização não governamental responsável pela transparência internacional em Espanha. A amostra do estudo desenvolvido incidu sobre os 100 maiores municípios espanhóis (os mesmos considerados no índice de transparência municipal). Os resultados obtidos mostram a existência de um efeito positivo do volume de transferências recebidas *per capita* e de receita fiscal cobrada *per capita* no nível de transparência. Os resultados permitiram ainda concluir que os partidos de esquerda são mais transparentes do que os partidos da direita, que uma menor participação eleitoral corresponde a uma menor transparência, e que o número de habitantes afeta positivamente o nível de transparência.

Um estudo realizado por Esteller-Moré e Polo Otero (2012), aplicado a uma amostra de 691 municípios catalães, encontra o mesmo efeito para os níveis de transparência orçamental, isto é, os municípios onde a competição política é mais vincada e municípios de menor dimensão tenderão a disponibilizar mais informação orçamental, e por isso alcançar níveis de transparência orçamental mais elevados. Os resultados demonstram ainda que uma percentagem mais elevada de cidadãos idosos está positivamente relacionada com o nível de transparência orçamental, não tendo as variáveis orçamentais revelado poder explicativo.

A ideologia política também pode estar relacionada com as questões de transparência. Piotrowski e Van Ryzin (2010) consideram que os indivíduos autoidentificados como liberais são mais propensos a apoiar a boa transparência do governo do que os indivíduos de uma ideologia política mais conservadora. Num estudo sobre a transparência municipal realizado em Espanha, Albalade del Sol (2013) analisou, para além dos determinantes orçamentais, os determinantes institucionais, económicos e demográficos. Para tal recorreu ao Índice Global de Transparência Municipal criado pela entidade não-governamental de Integridade de Transparência em Espanha. O autor encontrou uma associação negativa entre o partidário e a transparência para ambos os partidos de esquerda e de direita em maioria no órgão executivo. Verificou, no entanto, uma relação positiva entre os presidentes de câmara que pertencem a um partido de esquerda e o nível de transparência. Os resultados mostraram ainda que níveis de transparência mais elevados estão associados a municípios de maior dimensão ou cujo presidente da Câmara pertence a partidos de esquerda.

Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santias *et al.* (2013), através da aplicação de um questionário, analisaram os determinantes da transparência do Orçamento em 33 municípios (municípios de pequena dimensão) da província espanhola da Galiza. Para a elaboração do questionário tiveram por base o Código de Boas Práticas para a Transparência Orçamental do Fundo Monetário Internacional de 2007. Os resultados obtidos permitiram verificar a existência de um nível mais elevado de transparência orçamental em municípios com presidentes de câmara com ideologia política de esquerda, maior rotatividade política ou melhor desempenho do saldo orçamental. Contrariamente, as variáveis: desemprego, governos de coligação e o peso da despesa em percentagem do Produto Interno Bruto municipal tendem a reduzir os níveis de transparência.

No que respeita ao contexto português, os estudos sobre os determinantes da transparência municipal são reduzidos. Destaca-se o estudo de Mendes (2012) que procurou avaliar o nível de divulgação da informação financeira nos sítios *web* das autarquias locais em Portugal e identificar os fatores que potencialmente influenciam a sua divulgação. Para tal o autor, desenhou um índice de divulgação de informação financeira com o objetivo de avaliar o cumprimento por parte dos municípios na disponibilização de informação prevista no âmbito

do disposto do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL¹ e da Lei das Finanças Locais² (revogada pela Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais - RFALEI³). Os autores aferiram que é moroso e difícil aos diversos utilizadores, encontrar nos sítios *web* da autarquia local a informação financeira, limitando a capacidade de estes poderem avaliar onde e de que modo foram aplicados os recursos públicos, e de forma alguma responsabilizar os autarcas pela aplicação dos mesmos. Os resultados permitiram ao autor constatar uma associação positiva da dimensão da autarquia na divulgação da informação nos sítios *web*, enquanto a competição política e a receita municipal por habitante tendem a influenciar, negativamente, essa divulgação.

Um outro estudo relativo aos determinantes da divulgação da informação financeira na *internet*, aplicado à totalidade dos municípios portugueses, foi realizado por Pires (2012). O estudo assentou na mensuração do nível da divulgação da informação, atendendo aos requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas. Os resultados mostraram uma relação estatisticamente significativa entre a divulgação da informação financeira na *internet* e a dimensão populacional, a ideologia política, bem como o nível de endividamento líquido do município. Permitiram ainda concluir que a informação patrimonial é aquela que é mais divulgada pelos municípios portugueses, embora também se verifique um nível satisfatório no que corresponde à divulgação da informação orçamental e de gestão. Os resultados da relação entre a divulgação da informação e os principais fatores explicativos, mostram uma relação positiva para a dimensão populacional, bem como para o endividamento líquido. Porém, a ideologia política apresenta uma relação negativa. Isto significa que nos municípios, onde o partido em exercício seja de direita, o nível de divulgação da informação não é tão elevado quanto nos liderados por partidos de esquerda.

Num estudo mais recente, Tavares e Cruz (2014) pretenderam, por um lado, averiguar se o nível de transparência é explicado pela liderança, capacidade e características políticas dos próprios governos locais ('determinantes do lado da oferta') e, por outro lado, se é influenciado por fatores sociais, culturais e/ou outros fatores exógenos ('determinantes do lado da procura'). A metodologia usada para o teste das hipóteses baseou-se nos resultados do ITM de 2013. Os resultados obtidos, para o caso dos 'determinantes do lado da oferta' mostram que os municípios governados por governantes do sexo masculino, com um maior número de mandatos consecutivos, e maiores margens de vitória nas eleições locais apresentam níveis mais baixos de transparência. Como 'determinantes do lado da procura', a taxa de desemprego e a idade média da população municipal apresentam uma associação negativa com o nível de transparência.

Batalha (2014) desenvolveu um estudo similar ao de Tavares e Cruz (2014), com o objetivo de identificar os fatores impulsionadores e inibidores da transparência nos municípios portugueses, considerando que o nível de transparência é o produto das características dos agentes que influenciam a sua oferta (dirigentes públicos e políticos) e procura (cidadãos). Recorrendo ao ITM de 2013, como medida de transparência, o autor pretendeu testar o poder explicativo de fatores, tais como, fatores políticos, sociodemográficos, orçamentais, a situação económica, o capital social e o envolvimento dos cidadãos. Os resultados obtidos mostram como impulsionadores da transparência nos municípios portugueses o nível de instrução da população e o aumento do nível do endividamento do município. Foi considerada significativa a variável dimensão do município (medida em número de residentes), tendo-se verificado que municípios maiores tendem a ser mais transparentes revelando-se expressiva a dicotomia

¹ Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

² Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

³ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

pequeno *versus* grande município. Níveis mais elevados de despesa efetiva *per capita* e taxas de desemprego mais altas parecem constituir fatores inibidores da transparência.

4. ESTUDO EMPÍRICO

4.1 OBJETIVO

A nova forma de atuação dos governos locais, nomeadamente na prestação de contas destes aos eleitores/contribuintes, média, organismos de controlo e a outras partes interessadas em acompanhar as atividades dos governos reforça a atenção dada à transparência e seus determinantes.

O contexto económico, social e financeiro a que os governos locais estão sujeitos obriga a que estes se tornem o mais transparentes possível no sentido de criar uma maior participação dos cidadãos nos assuntos políticos e, simultaneamente, promover uma maior responsabilização (*accountability*) dos governantes/eleitos locais perante esses mesmos cidadãos.

No caso de Portugal, e segundo número 1º do artigo 79º da LRFALEI os municípios devem disponibilizar, quer em formato papel em local visível nos edifícios da câmara municipal e da assembleia municipal, quer na página principal do respetivo sítio da *internet*: a) os mapas resumo das despesas e das receitas; b) os valores em rigor das taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e de derrama; c) a percentagem da participação variável no Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS); d) os tarifários de água, saneamento e resíduos; e) os regulamentos de taxas municipais; e, f) o montante das dívidas desagregado por rubricas e individualizando os empréstimos bancários.

No número 2º do artigo 79.º da referida lei, as autarquias locais devem, para além referido, disponibilizar ainda, na página principal do respetivo sítio eletrónico, os documentos previsionais e de prestação de contas, nomeadamente: a) a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo; b) os planos de atividade e os relatórios de atividades dos últimos dois anos; c) os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, os quadros plurianuais de programação orçamental, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras, dos últimos dois anos; e, d) os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais.

Tendo por base a revisão de literatura teórico-empírica realizada, e de modo a complementar os resultados obtidos nos estudos anteriores, designadamente os realizados para a realidade portuguesa, esta investigação pretende identificar os fatores explicativos que determinam o nível de transparência nos municípios portugueses, considerando os resultados do ITM para os anos 2013 e 2014.

Deste modo, pretende-se dar resposta à seguinte questão de investigação: Quais são os fatores determinantes da transparência nos municípios portugueses?

4.2 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO E VARIÁVEIS

Tendo por base a revisão de literatura efetuada, bem como a teoria da agência, desenvolveu-se um conjunto de hipóteses de investigação, que relacionam o nível de transparência com determinadas variáveis (algumas estudadas já pela literatura como potenciais fatores explicativos e outras exploratórias) que se considera poder constituir potenciais fatores explicativos do mesmo. Para um melhor entendimento, as hipóteses em análise foram agrupadas tendo em consideração fatores sociodemográficos, políticos e económico-financeiros.

a) Fatores sociodemográficos

Dimensão populacional

A dimensão populacional é considerada em inúmeros estudos como sendo um dos fatores explicativos do nível de transparência nos municípios (Christianes, 1999; Gallego-Álvarez, Rodríguez-Domínguez & García-Sánchez; 2010; Guillamón, Bastida & Benito, 2011; Mendes, 2012; Pires, 2012; Batalha, 2014; Albalade del Sol, 2013; Tavares & Cruz, 2014). Esta variável é medida pelo número de pessoas residentes nos concelhos dos municípios.

Guillamón, Bastida e Benito (2011) argumentam que práticas mais transparentes requerem recursos humanos e materiais apropriados, tendencialmente existentes nos municípios com maior dimensão populacional. Situação comprovada por Gallego-Álvarez, Rodríguez-Domínguez e García-Sánchez (2010) quando demonstram que municípios com mais recursos administrativos e financeiros influenciam positivamente o nível de transparência. Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santías *et al.* (2013) defendem que os municípios com maior número de pessoas residentes tendem a apresentar maior número de trabalhadores municipais o que é favorável ao cumprimento dos requisitos de transparência.

Segundo Ingram (1984), os municípios com mais dimensão populacional gerem orçamentos mais elevados, verificando-se por isso, uma responsabilização acrescida na divulgação de mais informação possibilitando uma maior participação/interesse por parte dos cidadãos nos assuntos políticos. Os municípios de maior dimensão gerem naturalmente orçamentos com valores mais elevados. Na ótica de Guillamón, Bastida e Benito (2011), os governantes destes municípios apresentam maiores preocupações de responsabilização, na medida em que a sociedade civil exerce sobre estes, maior pressão.

Pelo exposto, a hipótese encontra suporte na teoria da agência. Assim, sendo prevista uma relação positiva entre a dimensão populacional e o nível de transparência dos municípios, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H₁: O nível de transparência é maior quanto maior for a dimensão populacional do município.

Será utilizada a variável dimensão populacional (DIM), que corresponde ao número de habitantes residentes no concelho do município. Este número foi recolhido na Base de Dados de Municípios, disponível na Base de Dados de Portugal Contemporâneo, PORDATA. Será utilizada como variável o logaritmo da população dos anos 2013 e 2014.

Indivíduos com idade entre 15 e 74 anos que utilizam internet

Segundo a TIAC (2013), “...as tecnologias de informação e comunicação (TIC), como a internet, revolucionaram a forma como a sociedade comunica e interage. Isto também é verdade no que concerne à relação entre as instituições e os cidadãos aos vários níveis de governo.”

Não alheios ao facto desta hipótese não ter sido explorada nos estudos apresentados na revisão de literatura, mas considerando a posição da TIAC quanto às TIC, julga-se que o número de indivíduos que utilizam a *internet* poderá ser um fator de pressão sobre os responsáveis municipais, fazendo com que estes sejam mais transparentes. Por tal, formulou-se a segunda hipótese.

H₂: O nível de transparência é maior quanto maior for o número de indivíduos com idade entre os 15 e 74 anos que utilizam internet

A variável associada à presente hipótese será o número de indivíduos com idade entre os 15 e 74 anos que utilizam *internet* (INTER1574), pois considera-se que poderá ser a franja de população que mais acede à *internet*. Será utilizado o logaritmo do número de habitantes com idade compreendida entre 15 e 74 anos de idade que utilizam *internet*.

Nível de escolaridade

De acordo com Piotrowski e Ryzin (2007) e Tavares e Cruz (2014), o nível de formação das pessoas residentes pode torná-los mais exigentes no que diz respeito a solicitação de informação respeitante à gestão dos recursos públicos efetuada pelos governantes. Cidadãos mais qualificados sentem-se mais confortáveis no uso da tecnologia, sendo assim mais fácil exigirem informação às entidades públicas (Piotrowski & Ryzin, 2007; Jorge *et al.*, 2011). Tal pode contribuir para consciencializar os municípios para divulgar mais informação, tornando-se estes mais transparentes.

Segundo Jorge *et al.* (2011), a instrução é um antecedente importante da utilização das tecnologias de informação e comunicação e a falta de competências para usar a *internet*, particularmente relacionados com a formação, constitui o cerne daquilo a que tem vindo a designar de “fosso digital”.

O nível de formação de um indivíduo influencia a capacidade crítica deste, levando a que o mesmo aumente a sua predisposição na solicitação de informação juntos dos seus municípios e melhore as suas competências para o uso das TIC.

Um maior nível de escolaridade implica, em princípio, uma maior exigência e um maior escrutínio por parte dos cidadãos para os seus governantes, exercendo, sobre estes, pressão para níveis de transparência mais elevados (Tavares & Cruz, 2014).

De modo a testar o referido anteriormente procedeu-se à formulação da seguinte hipótese.

H₃: O nível de transparência é maior quanto maior for o nível de escolaridade.

A variável nível de escolaridade (ESCOL) corresponde à percentagem de população com um curso superior em função da população total do município. Para a sua construção foram recolhidos dados da Base de Dados PORDATA, relativos aos Censos 2011. Esta variável é quantitativa.

Índice de envelhecimento

Não existe consenso na literatura relativamente ao sinal do efeito do índice de envelhecimento no nível de transparência nos municípios. Por exemplo, Reddick (2005) no seu estudo encontrou um efeito negativo da idade dos residentes argumentando que uma maior percentagem de idosos implica uma menor propensão na utilização de tecnologias de informação, principais meios de comunicação de informação governamental. Já Esteller-Moré e Otero (2012) encontraram um efeito positivo do índice de envelhecimento no nível de transparência. Tal é justificado pela disponibilidade que os residentes mais idosos demonstram

ter (dado fazerem parte da população inativa), o que permite que estes tenham uma maior participação na vida política e por isso exerçam também uma maior pressão sobre os municípios para uma maior transparência. Face ao exposto, formulou-se a quarta hipótese.

H₄: Existe uma relação entre o nível de transparência e o índice de envelhecimento.

Utilizar-se-á como variável o índice de envelhecimento (IENV), que corresponde à relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (www.pordata.pt).

Taxa de desemprego

Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santias *et al.* (2013) defendem que a taxa de desemprego tem um efeito negativo no nível de transparência. Os referidos autores defendem que quanto mais precária for a situação económica do concelho, maior será a tentação dos governos locais em ocultá-la.

Desta forma, optou-se por incluir neste estudo esta variável como possível fator explicativo do nível de transparência dos municípios. Neste sentido, procedeu-se à formulação da quinta hipótese do presente estudo.

H₅: O nível de transparência é menor quanto maior for a taxa de desemprego.

A taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados (www.pordata.pt). Para a construção da variável taxa de desemprego (TXDESEMP), recolheram-se os valores disponíveis na Base de Dados PORTDATA, considerando os CENSOS relativos ao ano de 2011.

b) Fatores políticos

Forma de governação

Tavares e Cruz (2014) consideram que os municípios governados com minoria na Câmara Municipal apresentam maiores preocupações com a transparência, pelo que apresentam índices de transparência maiores. No seu estudo não obtiveram significância estatística que lhes permitisse validar a hipótese, no entanto o sinal apresentado na regressão evidencia uma relação positiva entre o índice de transparência e a governação em minoria.

A variável utilizada por Guillamón, Bastida e Benito (2011), com o objetivo de estudar esta problemática, foi o índice Herfindahl. Este índice permite estudar a fragmentação política nos municípios, assumindo os autores que quanto maior esta for, maior será a transparência no município. Tal como Tavares e Cruz (2014), também Guillamón, Bastida e Benito (2011) não obtiveram evidência estatística que lhes permitisse validar a hipótese. Alt *et al.* (2006) também defendem que a fragmentação poderá apresentar uma relação positiva com a transparência.

Deste modo, seguindo os estudos referidos, formulou-se, para o efeito, a seguinte hipótese:

H₆: O nível de transparência é maior nos municípios governados em minoria.

A forma de governação (FGOV) é representada por uma variável *dummy* em que toma o valor '1' se o partido político que lidera o executivo municipal obteve maioria absoluta (mais de 50,1% dos votos), caso contrário assume o valor '0 (zero)'. Utilizar-se-ão os resultados das eleições de 2009 para o ano de 2013, pois as eleições realizaram-se apenas a 29 de setembro de 2013. Os resultados das eleições autárquicas de 2013 serão utilizados para o ano de 2014.

Ideologia política

No estudo realizado por Piotrowski e Ryzin (2007) é demonstrada a relação entre o nível de transparência e a ideologia política. Os resultados evidenciam uma relação negativa entre o partido de direita e o nível de transparência. Os partidos de direita não estão tão propensos em divulgar informação quando comparados com os partidos de esquerda. Se por um lado, o facto dos partidos de esquerda idealizarem um Estado mais interventivo, induz a um aumento da transparência. Por outro lado, divulgar mais informação implica uma maior proximidade dos cidadãos com os órgãos no poder (Lourenço *et al.*, 2011).

A variável em discussão tem vindo a ser analisada em vários estudos. Os partidos políticos podem variar o nível de transparência, a fim de alcançar os seus objetivos. Ferejohn (1999) argumenta que os partidos políticos cujos objetivos passem pela expansão do setor público deverão aumentar a transparência por forma a ganharem confiança junto do eleitorado e obterem mais recursos. Em geral, os partidos de esquerda, por defenderem maior intervenção estatal, tendem a ser mais transparentes levando, em maior medida, a uma maior divulgação de informação (Guillamón, Bastida & Benito, 2011; García, Frías & Rodríguez, 2013) para fins diversos.

Deste modo, e à semelhança dos estudos citados, formulou-se a seguinte hipótese de investigação:

H₇: O nível de transparência é maior quando o partido que governa o município é de esquerda.

Para analisar o impacto da ideologia (IDEOL) do partido político do executivo no nível de transparência municipal, foi utilizada uma variável *dummy*, assumindo o valor '1' para o caso de o executivo do município ser de ideologia de direita, e '0 (zero)', caso contrário. Para a construção da variável consideraram-se partidos de direita: Centro Democrático Social, Partido Popular e Partido Popular Democrático, Partido Social Democrata e coligações destes grupos com ideologia equivalentes. Consideraram-se partidos de ideologia de esquerda o Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e Partido Socialista e coligações destes e grupos de cidadãos com ideologia equivalente.

Nos casos de municípios governados por independentes, será efetuada uma análise do percurso partidário do seu presidente, de forma a proceder-se também a uma classificação dentro da dicotomia acima. Adotou-se este procedimento, pois constatou-se que, no cômputo geral, os presidentes independentes são dissidentes dos partidos políticos.

Os dados foram recolhidos através do portal da Comissão Nacional de Eleições (www.cne.pt) considerando as duas últimas eleições autárquicas ocorridas nos anos 2009 e 2013, conforme já salientado. Assim, para a análise do ano 2013 utilizar-se-ão os resultados das eleições de 2009 e os resultados das eleições autárquicas de 2013 serão utilizados para o ano de 2014.

Participação eleitoral

De acordo com Alegre, Peñas e Santias *et al.* (2012), a participação eleitoral promove a transparência municipal.

Traunmuller (2001) revela que há uma relação entre transparência e participação política na forma de uma promoção mútua: fornecer informações relevantes sobre os orçamentos, planos e eventos no qual são uma contribuição essencial para a transparência municipal. Christoph *et al.* (2007) afirma que a participação política influencia os cidadãos e o governo. Em primeiro lugar, incentiva os cidadãos a discutirem as questões relevantes no qual ajuda a melhorar a consciência política. Em segundo lugar, o governo tem um incentivo para agir mais eficazmente se souber que os cidadãos discutem o seu comportamento. Consequentemente, a participação política contribui para uma governação mais eficaz pelo facto de proporcionar aos cidadãos a oportunidade de mostrarem as suas preferências.

Da mesma forma, considerou-se pertinente formular a seguinte hipótese:

H₈: O nível de transparência é tanto maior quanto maior for a participação política/eleitoral

A eleição para os órgãos das autarquias locais compreende a eleição para a câmara municipal, para a assembleia municipal e para a assembleia de freguesia, tendo os mandatos a duração máxima de 4 anos (www.pordata.pt). Recorrendo novamente ao portal da CNE recolheu-se, por município, a taxa de participação eleitoral (PARTELEI), que foi calculada pela divisão do número de votantes nas eleições autárquicas de 2009 e 2013, pelo número de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais, para cada um dos respetivos atos eleitorais.

c) Fatores económico-financeiros

Autonomia Financeira

Tavares e Cruz (2014) tentaram validar a hipótese de que os municípios com maior autonomia financeira são também os que apresentam melhores índices de transparência. Os resultados, estatisticamente significativos, que obtiveram permitiram-lhes legitimar essa ideia. Outros autores (e.g., Caamaño-Alegre, Lago-Peñas & Reyes-Santias *et al.*, 2013; Vicente, Benito & Bastida, 2013) estudaram variáveis relacionadas com as receitas fiscais, considerando que quando os cidadãos pagam mais, exigem maior transparência aos municípios. Como as receitas fiscais contribuem para uma maior autonomia dos municípios, definiu-se a seguinte hipótese:

H₉: O nível de transparência é tanto maior quanto maior for a autonomia financeira do município

Trata-se de mais uma variável quantitativa (AUTFIN), cujos dados para a sua construção, foram recolhidos através consulta do Portal Autárquico, nomeadamente o valor das receitas próprias e das receitas totais, nos anos 2013 e 2014. Esta variável é calculada pelo valor das receitas próprias a dividir pelas receitas totais.

Endividamento

A variável não evidencia um sinal claro do seu efeito no nível de transparência, considerando os resultados contraditórios apresentados na literatura empírica. Enquanto estudos como o de Alt *et al.* (2006) demonstram um efeito negativo do nível de endividamento no nível de transparência, outros parecem não apresentar qualquer relevância estatística (Albalade del Sol,

2013; Guillamón, Bastida e Benito (2011) e ainda existem aqueles que concluem que, a dívida se relaciona positivamente com a divulgação de informação por parte dos governos locais (Ingram & Copeland, 1982). Rueda (2007) e Cárcaba e García (2008) chegam à conclusão que existe uma relação positiva entre o endividamento dos municípios e o nível de transparência.

Não sendo consensual o efeito desta variável no nível de transparência, optou-se por enunciar a seguinte hipótese, esperando um sinal positivo para esta associação:

H₁₀: O nível de transparência é tanto maior quanto maior for o nível de endividamento líquido do município.

O financiamento das atividades públicas implica um recurso ao endividamento por parte dos municípios. No caso português, estipula a RFALEI, que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (art.º 52º). No entanto, considerando que o estudo desenvolvido tem por base os anos de 2013 e 2014, utilizar-se-á como variável o endividamento líquido, conforme estabelecido na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. Segundo o n.º 1 do art.º 36 o endividamento líquido corresponde à “... diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.”.

Trata-se de mais uma variável quantitativa (ENDLIQ), cujos dados para a sua construção, foram recolhidos através do acesso ao Portal Autárquico, relativos aos anos de 2012 e 2013. Utilizam-se estes anos, por se considerar que o endividamento líquido no ano anterior, poderá afetar a transparência do ano seguinte.

Variável dependente

Em relação à variável dependente, o ITM foi desenvolvido em 2013 pela TIAC e mede o grau de transparência dos municípios através de uma análise da informação disponibilizada aos cidadãos nos seus *websites*. Em concreto, o índice mede a transparência nos municípios portugueses em função da informação sobre a sua composição, funcionamento e gestão, disponibilizada nos portais dos municípios. O índice não mede a acessibilidade, a inteligibilidade, a qualidade e os pressupostos da disponibilização da informação, nem a corrupção. O ITM é composto por 76 indicadores, que consistem em variáveis *dummy* que assumem o valor de ‘1’ quando um determinado item de informação for disponibilizado no *site* do município ou de ‘0 (zero)’ se não for.

Estes indicadores são agrupados em sete dimensões:

- A. Informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município (18 indicadores);
- B. Planos e Planeamento (13 indicadores);
- C. Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (5 indicadores);
- D. Relação com a sociedade (8 indicadores);
- E. Transparência na Contratação Pública (10 indicadores);
- F. Transparência Económico-financeira (12 indicadores).
- G. Transparência na área do Urbanismo (10 indicadores).

As sete dimensões têm pesos diferenciados numa escala de pontuação (de 0 a 100) e o peso dado a cada dimensão foram determinados por um painel de peritos que identificou os indicadores considerados “determinantes”, por meio de processos participativos, envolvendo profissionais da Administração Pública, académicos e cidadãos.

Tendo em conta que todos os indicadores são “importantes” (de outra forma seriam excluídos) foi feito um esforço no sentido de selecionar os “mais importantes” para a transparência de um município. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos indicadores em cada dimensão são considerados “determinantes”. O valor do sub-índice respeitante a cada uma das dimensões, consideradas no ITM, é apurado após a realização de duas operações: (1) cálculo da média aritmética simples dos indicadores ‘determinantes’ e ‘importantes’; e, (2) aplicação dos pesos, aos resultados obtidos na operação anterior para determinação do valor do sub-índice.

O valor do ITM é obtido pela soma das classificações dos sub-índices (Tabela 1) ponderada de acordo com os pesos atribuídos a cada dimensão.

Tabela 1 – Níveis e regras para atribuição de pontuação por dimensão.

Níveis	Descrição	Pontuação (em %)
I	Toda a informação é disponibilizada.	100,0
II	Toda a informação ‘determinante’ e mais de 50% da informação ‘importante’.	93
III	Toda a informação ‘determinante’ e mais de 25% a 50% da informação ‘importante’.	86
IV	Toda a informação ‘determinante’ e menos de 25% da informação ‘importante’.	79
V	Mais de 50% da informação ‘determinante’ e mais de 50% da informação ‘importante’	71
VI	Mais de 50% da informação ‘determinante’ e entre 25% a 50% da informação ‘importante’	64
VII	Mais de 50% da informação ‘determinante’ e menos 25% da informação ‘importante’	57
VIII	Entre 25% a 50% da informação ‘determinante’ e mais de 50% da informação ‘importante’.	50
XV	Entre 25% a 50% da informação ‘determinante’ e 25% a 50% da informação ‘importante’.	43
X	Entre 25% a 50% da informação ‘determinante’ e menos de 25% da informação ‘importante’.	36
XI	Menos de 25% da informação ‘determinante’ e mais de 50% da informação ‘importante’.	29
XII	Menos de 25% da informação ‘determinante’ e 25% a 50% da informação ‘importante’.	21
XIII	Menos de 25% da informação ‘determinante’ e 10% a 25% da informação ‘importante’.	14
XIV	Menos de 25% da informação ‘determinante’ e 10% da informação ‘importante’.	7
XV	Nenhuma informação é disponibilizada.	0

Fonte: <https://transparencia.pt/>

Os coeficientes de ponderação são usados para agregar as pontuações obtidas pelos municípios em cada dimensão (para calcular a pontuação geral do ITM):

$$ITM(m_i) = \sum_{j=1}^n w_j \times D_j(m_i)$$

$$\sum_{j=1}^n w_j = 1 \text{ e } w_j > 0$$

onde, $ITM(m_i)$ é a pontuação ITM de m_i município, $D_j(m_i)$ é a pontuação do município dimensão j , e w_j é a ponderação coeficiente de critério j . O ITM geral e as pontuações das dimensões poderá variar entre '0 (zero)' (nenhuma informação é disponibilizada) e '100' (totalmente transparente).

4.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Para verificar a relação existente entre cada uma das variáveis independentes e o ITM, de forma a estudar as várias hipóteses definidas, realizou-se uma análise bivariada. Para o feito utilizou-se o programa STATA.

Procedeu-se à realização dos testes estatísticos que melhor se adequavam às várias circunstâncias, dependendo, fundamentalmente, do facto das variáveis independentes serem quantitativas ou dicotómicas (*dummy*). Neste contexto, considerando o defendido por Pestana e Gageiro (2008), de que para grupos com observações superiores a 30, se podem aplicar testes paramétricos, utilizou-se, para as variáveis quantitativas o coeficiente de correlação de Pearson.

Em relação às variáveis *dummy*, comparou-se os níveis médios do ITM, em amostras independentes, por forma a determinar se as diferenças observadas se revelavam estatisticamente significativas. Considerando o número de observações (superior a 30) recorreu-se aos testes T-Student ou o teste One-Way ANOVA, respetivamente para duas ou mais de três amostras independentes.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Neste ponto apresenta-se a análise das estatísticas descritivas dos vários índices de transparência municipal, de acordo com várias características da população. Neste sentido, estudam-se os índices, em função da dimensão, da ideologia política, da forma de governação e da autonomia financeira.

De referir que serão estudados os 308 municípios portugueses, no período de 2013 e 2014, pelo que a análise descritiva será efetuada, tendo por base 616 observações.

Numa primeira análise às Tabelas 2, 3 e 4 pode-se observar que o ITM que apresenta uma maior média é o de Índice de Transparência Económico-financeira (ITM_DIM_F) com 64,50, o que evidencia a preocupação dos municípios em divulgar informação deste tipo.

Os índices de Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (ITM_DIM_C), Relação com a Sociedade (ITM_DIM_D) e Transparência na Área do Urbanismo (ITM_DIM_G), apresentam valores médios muito próximos, respetivamente com 35,34; 35,95 e 34,95.

O índice de valor médio mais baixo relaciona-se com a Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E), evidenciando um valor de apenas 13,72.

a) Índices de transparência municipal por ano

O presente estudo tem por base os anos de 2013 e 2014, pelo que se apresenta a análise descritiva dos diferentes índices de transparência para esses mesmos anos.

A Tabela 2 demonstra que a média do índice de transparência global, no ano de 2014, é de 33,62, ligeiramente superior à observada em 2013 (33,14). De realçar que os índices de Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (ITM_DIM_C), Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E) e Transparência Económico-financeira (ITM_DIM_F) apresentam valores médios mais baixos em 2014 do que em 2013.

b) Índices de transparência municipal por dimensão

No que concerne às estatísticas descritivas dos vários índices de transparência municipal, tendo por base a dimensão (Tabela 3), constata-se que quanto maiores forem os municípios mais elevado é o índice de transparência municipal. Verifica-se o mesmo em relação a todas as dimensões, sendo de evidenciar que o de Transparência Económico-financeira (ITM_DIM_F) apresenta os valores mais elevados, isto é, 59,42, 71,00 e 75,73, respetivamente para municípios de pequena, média e grande dimensão. O valor do índice de Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E) é o que apresenta valores mais reduzidos, em todo o tipo de municípios (pequenos: 11,72; médios: 16,57; grandes: 16,90).

Esta descrição parece validar a hipótese defendida por vários autores (e.g., Ingram, 1984; Christianes, 1999; Gallego-Álvarez, Rodríguez-Domínguez & García-Sánchez; 2010; Guillamón, Bastida & Benito, 2011; Mendes, 2012; Pires, 2012; Batalha, 2014; Tavares & Cruz, 2014), de que quanto maior for a dimensão do município, maior será o índice de transparência municipal.

Tabela 2 – Índices de transparência municipal por ano.

Ano	N	ITM	ITM_DIM_A	ITM_DIM_B	ITM_DIM_C	ITM_DIM_D	ITM_DIM_E	ITM_DIM_F	ITM_DIM_G
2013	308	33,14 (Min:7; Max:61)	25,66 (Min:7; Max:71)	21,90 (Min:7; Max:71)	37,79 (Min:7; Max:100)	29,01 (Min:7; Max:93)	15,09 (Min:7; Max:64)	67,31 (Min:7; Max:100)	33,13 (Min:7; Max:71)
2014	308	33,62 (Min:3; Max:82)	30,26 (Min:0; Max:93)	23,69 (Min:0; Max:71)	32,89 (Min:0; Max:93)	42,89 (Min:0; Max:93)	12,36 (Min:0; Max:71)	61,70 (Min:0; Max:100)	36,77 (Min:0; Max:93)
Total	616	33,38 (Min:3; Max:82)	27,96 (Min:0; Max:93)	22,80 (Min:0; Max:71)	35,34 (Min:0; Max:100)	35,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:71)	64,50 (Min:0; Max:100)	34,95 (Min:0; Max:93)

Tabela 3 – Índices de transparência municipal por dimensão.

Dimensão (DIM)	N	ITM	ITM_DIM_A	ITM_DIM_B	ITM_DIM_C	ITM_DIM_D	ITM_DIM_E	ITM_DIM_F	ITM_DIM_G
Pequena	365	29,76 (Min:3; Max:82)	24,88 (Min:0; Max:93)	19,10 (Min:0; Max:57)	30,93 (Min:0; Max:93)	29,39 (Min:0; Max:93)	11,72 (Min:0; Max:71)	59,42 (Min:0; Max:100)	31,57 (Min:0; Max:93)
Média	203	37,99 (Min:8; Max:65)	32,22 (Min:7; Max:71)	26,69 (Min:0; Max:71)	41,37 (Min:0; Max:100)	43,14 (Min:0; Max:93)	16,57 (Min:0; Max:64)	71,00 (Min:0; Max:100)	39,03 (Min:0; Max:71)
Grande	48	41,44 (Min:27; Max:58)	33,40 (Min:7; Max:93)	34,46 (Min:7; Max:64)	43,40 (Min:0; Max:93)	55,42 (Min:14; Max:93)	16,90 (Min:0; Max:64)	75,73 (Min:0; Max:100)	43,42 (Min:7; Max:50)
Total	616	33,38 (Min:3; Max:82)	27,96 (Min:0; Max:93)	22,80 (Min:0; Max:71)	35,34 (Min:0; Max:100)	35,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:71)	64,50 (Min:0; Max:100)	34,95 (Min:0; Max:93)

Tabela 4 – Índices de transparência municipal por ideologia política.

Ideologia (IDEOL)	N	ITM	ITM_DIM_A	ITM_DIM_B	ITM_DIM_C	ITM_DIM_D	ITM_DIM_E	ITM_DIM_F	ITM_DIM_G
Esquerda	393	33,71 (Min:3; Max:82)	28,91 (Min:0; Max:93)	23,59 (Min:0; Max:71)	34,79 (Min:0; Max:100)	36,52 (Min:0; Max:93)	13,73 (Min:0; Max:71)	64,83 (Min:0; Max:100)	35,47 (Min:0; Max:93)
Direita	223	32,80 (Min:7; Max:64)	26,30 (Min:0; Max:71)	21,41 (Min:0; Max:57)	36,32 (Min:0; Max:93)	34,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:64)	63,92 (Min:0; Max:100)	34,05 (Min:0; Max:93)
Total	616	33,38 (Min:3; Max:82)	27,96 (Min:0; Max:93)	22,80 (Min:0; Max:71)	35,34 (Min:0; Max:100)	35,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:71)	64,50 (Min:0; Max:100)	34,95 (Min:0; Max:93)

c) Índices de transparência municipal por ideologia política

Relativamente à ideologia política, observa-se, na Tabela 4 que os municípios governados por partidos de esquerda apresentam uma maior propensão para a transparência. Estes apresentam valores dos índices mais elevados do que os governados por partidos de direita, com a exceção do índice de Transparência de Planos e Planeamento (ITM_DIM_B), que apresenta, respetivamente 23,59 e 21,41, para os municípios de esquerda e direita. Tal como em relação à dimensão, o índice que apresenta valores mais elevados, independentemente da ideologia, é o índice da Transparência Económico-financeira (ITM_DIM_F), com 64,83 para os municípios governados por partidos de esquerda e 63,92 para os de direita. O valor do índice de Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E) é também o que apresenta valores mais baixos (esquerda: 13,73; direita: 13,72).

Globalmente, constata-se que os municípios governados por partidos de esquerda evidenciam maior preocupação com a transparência, posição também defendida, de entre outros, por Ferejohn (1999), Piotrowski e Ryzin (2007), Lourenço *et al.* (2011) e Tavares e Cruz (2014).

d) Índices de transparência municipal por forma de governação

No que respeita à forma de governação, observa-se, na Tabela 5, que os municípios governados em minoria apresentam um índice de transparência municipal ligeiramente mais elevado (33,71) do que os que são governados em minoria (33,37). Esta evidência descritiva está em consonância com a opinião de vários autores (Tavares & Cruz, 2014; Guillamón, Bastida & Benito, 201; Alt *et al.*, 2006), não tendo alguns obtido evidência estatística significativa, de forma a poderem validar essa hipótese.

A evidência anterior não se verifica em todas as dimensões do índice. Assim, em relação aos índices de Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município (ITM_DIM_A), Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (ITM_DIM_C), Relação com a sociedade (ITM_DIM_D), Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E) e Transparência na Área do Urbanismo (ITM_DIM_G), os valores são maiores nos municípios onde a governação é feita com maioria, respetivamente (28,03; 35,45; 36,01; 13,80 e 34,98) do que nos governados em minoria (26,00; 32,29; 34,33; 11,48 e 34,05).

e) Índices de transparência municipal por autonomia financeira

O facto de o município possuir, ou não, autonomia financeira parece influenciar o índice de transparência municipal. Assim, como se pode observar na Tabela 6, os valores médios são mais elevados nos municípios com autonomia financeira, quer para o índice global, quer para todas as suas dimensões, do que nos que não possuem autonomia financeira. Esta evidência descritiva também é corroborada por Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santias *et al.* (2013), Vicente, Benito e Bastida (2013) e Tavares e Cruz (2014).

A diferença, de 13,23 pontos percentuais, é maior no índice de Relação com a Sociedade (ITM_DIM_D), facto que parece evidenciar que os municípios com maior autonomia financeira, estão mais dependentes dos cidadãos, pelo que se preocupam em manter uma boa relação com os mesmos. A Transparência na Contratação Pública (ITM_DIM_E), que parece evidenciar pouca preocupação por parte dos municípios, dado ser a que apresenta menores índices, é a que apresenta uma menor diferença (1,96 pontos percentuais).

Tabela 5 – Índices de transparência municipal por forma de governação.

Forma de Governação (FGOV)	N	ITM	ITM_DIM_A	ITM_DIM_B	ITM_DIM_C	ITM_DIM_D	ITM_DIM_E	ITM_DIM_F	ITM_DIM_G
Minoria	21	33,71 (Min:17; Max:53)	26,00 (Min:7; Max:64)	23,14 (Min:0; Max:43)	32,29 (Min:0; Max:50)	34,33 (Min:14; Max:93)	11,48 (Min:0; Max:64)	75,62 (Min:43; Max:100)	34,05 (Min:7; Max:64)
Maioria	595	33,37 (Min:3; Max:82)	28,03 (Min:0; Max:93)	22,79 (Min:0; Max:71)	35,45 (Min:0; Max:100)	36,01 (Min:0; Max:93)	13,80 (Min:0; Max:71)	64,11 (Min:0; Max:100)	34,98 (Min:0; Max:93)
Total	616	33,38 (Min:3; Max:82)	27,96 (Min:0; Max:93)	22,80 (Min:0; Max:71)	35,34 (Min:0; Max:100)	35,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:71)	64,50 (Min:0; Max:100)	34,95 (Min:0; Max:93)

Tabela 6 – Índices de transparência municipal por autonomia financeira.

Autonomia Financeira (AUTFIN)	N	ITM	ITM_DIM_A	ITM_DIM_B	ITM_DIM_C	ITM_DIM_D	ITM_DIM_E	ITM_DIM_F	ITM_DIM_G
Sem Autonomia	500	32,19 (Min:3; Max:82)	27,26 (Min:0; Max:93)	21,60 (Min:0; Max:71)	34,07 (Min:0; Max:93)	33,46 (Min:0; Max:93)	13,35 (Min:0; Max:71)	62,77 (Min:0; Max:100)	33,45 (Min:0; Max:93)
Com autonomia	116	38,51 (Min:13; Max:62)	30,99 (Min:7; Max:93)	27,97 (Min:0; Max:64)	40,84 (Min:0; Max:100)	46,69 (Min:14; Max:93)	15,32 (Min:0; Max:64)	71,97 (Min:0; Max:100)	41,43 (Min:7; Max:71)
Total	616	33,38 (Min:3; Max:82)	27,96 (Min:0; Max:93)	22,80 (Min:0; Max:71)	35,34 (Min:0; Max:100)	35,95 (Min:0; Max:93)	13,72 (Min:0; Max:71)	64,50 (Min:0; Max:100)	34,95 (Min:0; Max:93)

5.2 ANÁLISE BIVARIADA

Com o objetivo de se avaliar a relação existente entre as variáveis independentes, apresentadas, e a variável dependente, Índice de Transparência Municipal, efetuou-se uma análise, recorrendo aos testes estatísticos que melhor se adequam às diferentes situações.

Neste sentido, nas variáveis *dummy*, compararam-se os níveis médios do ITM, em amostras independentes, por forma a determinar se as diferenças observadas se revelavam estatisticamente significativas e em consonância com as hipóteses anteriormente formuladas. Quanto às variáveis quantitativas, testou-se a existência de uma relação significativa com o ITM.

Como para cada um dos grupos estudados, as observações são superiores a 30, é possível aplicar o teste paramétrico *T-Student* ou o teste *One-Away ANOVA*, respetivamente para duas ou mais de três amostras independentes (Pestana & Gageiro, 2008). Desta forma, não se verifica a necessidade da realização dos testes, normalmente utilizados, para comprovar o cumprimento dos pressupostos.

Os resultados dos testes *T-Student* que constam da Tabela 7, evidenciam que, para um nível de significância de 5%, se verifica a existência de associação, apenas entre o ITM e a autonomia financeira (AUTFIN) dos municípios. Parece comprovar-se a ideia exposta, aquando da análise descritiva, sendo que os municípios com autonomia financeira apresentam valores do índice de transparência superiores aos que não têm autonomia financeira. Neste caso, os resultados obtidos nos estudos de Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santias *et al.* (2013), Vicente, Benito e Bastida (2013) e Tavares e Cruz (2014) são corroborados.

Tabela 7 – Teste *T-Student*.

		N	Média	Desvio Padrão	t	Sig.
Ideologia Política (IDEOL)	Esquerda	393	33,71	0,58	0,96	0,335
	Direita	223	32,80	0,72		
Forma de Governação (FGOV)	Minoría	21	33,71	1,99	0,14	0,889
	Maioria	595	33,37	0,46		
Autonomia Financeira (AUTFIN)	Sem Autonomia	500	32,19	0,50	-5,61	0,000
	Com Autonomia	116	38,51	0,86		

No que concerne à associação entre o ITM e a ideologia política (IDEOL) e forma de governação (FGOV), constata-se, também, para um nível de significância de 5%, que esta não existe, pelo que não se validaram as conclusões de Ferejohn (1999), Piotrowski e Ryzin (2007) e Lourenço *et al.* (2011).

Para comprovar a associação entre o ITM e a dimensão dos municípios (DIM) realizou-se o teste *One-Away ANOVA*, sendo os resultados, constantes da Tabela 8, considerando um nível de significância de 5%, permitem comprovar essa associação, indo ao encontro do defendido por Ingram (1984), Christianes (1999), Gallego-Álvarez, Rodríguez-Domínguez e García-Sánchez (2010), Guillamón, Bastida e Benito (2011) e Tavares e Cruz (2014).

Tabela 8 – Teste *One-Away ANOVA*.

		Quadrado da soma	df	Média	F	Sig.
Dimensão (DIM)	Entre grupos	12207,56	2	6103,78	57,73	0,000
	Nos grupos	64813,55	613	105,73		

Em relação às variáveis quantitativas, considerando que a população apresenta mais do que 30 observações, aplicou-se o coeficiente de correlação de *Pearson*.

Da análise à Tabela 9, resulta, para um nível de significância de 5%, que as variáveis independentes INTER1574, ESCOL, IENV e PARTELEI apresentam correlação significativa com a variável dependente ITM, significando, portanto, que são fatores determinantes no nível de transparência nos municípios.

Tabela 9 – Correlação de *Pearson*.

	ITM	INTER1574	ESCOL	IENV	TXDESEMP	PARTELEI	ENDLIQ
ITM	1,000						
INTER1574	0,239 *	1,000					
ESCOL	0,362 *	0,398 *	1,000				
IENV	-0,210 *	-0,261 *	-0,337 *	1,000			
TXDESEMP	-0,016	0,129 *	-0,015	-0,227 *	1,000		
PARTELEI	-0,319 *	-0,390 *	-0,496 *	0,364 *	-0,083 *	1,000	
ENDLIQ	0,021	-0,012	-0,030	-0,017	0,064	0,053	1,000

As variáveis independentes INTER1574 e ESCOL apresentam uma correlação positiva com o ITM. Já as variáveis independentes IENV e PARTELEI apresentam uma correlação negativa.

Tendo por base estes resultados, constata-se que são bastante consistentes com os esperados, tendo por base as hipóteses de investigação definidas, pelo que se conclui que:

- Os municípios que têm mais população, entre os 15 e 74 anos, com acesso à *internet* apresentam índices de transparência municipal superiores;
- Os municípios com um nível de escolaridade mais alto (população com curso superior) têm índices de transparência municipal maiores;
- Os municípios com um índice de envelhecimento maior apresentam índices de transparência municipal menores.

No que concerne à variável PARTELEI, previa-se uma associação positiva, no entanto, os resultados permitam constatar uma correlação contrária ao esperado. Deste modo, parece existir evidência de que a transparência municipal é mais reduzida quando existe uma elevada participação nas eleições autárquicas.

As variáveis que não apresentam uma correlação significativa com o ITM são TXDESEMP e ENDLIQ. Estes resultados levam a concluir, nesta fase, que a taxa de desemprego e o endividamento líquido não são fatores determinantes da transparência municipal.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados fundamenta-se na teoria da agência, pois considera-se que eleitores/contribuintes (principal), através do voto, elegem políticos/dirigentes (agentes) para representarem os seus interesses através das políticas propostas pelos governos e orientações dadas à Administração Pública para a sua concretização.

Como existe assimetria de informação entre os agentes e o principal, importa discutir, com base nos resultados obtidos anteriormente, quais são os fatores, sociodemográficos, políticos e económico-financeiros, determinantes da transparência dos municípios.

No que concerne às hipóteses relacionadas com os fatores sociodemográficos, constata-se que todas são validadas, isto é, a dimensão populacional (DIM); indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos que utilizam *internet* (INTER1475); nível de escolaridade (ESCOL); índice de envelhecimento (IENV) e taxa de desemprego (TXDESEMP).

A **validação de H₁**, permite-nos corroborar a ideia de que os responsáveis municipais são mais transparentes nos municípios com maior dimensão. Este resultado vai ao encontro dos obtidos por Gallego-Álvarez, Rodríguez-Domínguez e García-Sánchez (2010), Guillamón, Bastida e Benito (2011), Esteller-Moré e Polo Otero (2012), Albalade del Sol (2013), Mendes (2012), Pires (2012) e Batalha (2014). Reflete a possível pressão, feita pelos munícipes, no sentido de deterem informação sobre Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (ITM_DIM_C); Relação com a sociedade (ITM_DIM_D) e Transparência Económico-financeira (ITM_DIM_F).

Os resultados obtidos, levam-nos a concluir que quanto maior for a população com acesso à *internet*, maior será a transparência municipal, pelo que também se **validou H₂**. A facilidade de acesso à *internet* potencia a possibilidade de acesso à informação sobre o município, fundamentalmente no que respeita à informação sobre a organização, composição social e funcionamento do município (ITM_DIM_A); Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos (ITM_DIM_C); Relação com a sociedade (ITM_DIM_D) e Transparência na Área do Urbanismo (ITM_DIM_G). Neste contexto, tal como defende a TIAC (2013), parece existir uma maior aproximação entre os cidadãos e os responsáveis municipais.

No que respeita ao nível de escolaridade, medido pela percentagem de população com um curso superior, em função da população total do município, os resultados permitiram **validar H₃**. Assim, quanto maior for o nível de escolaridade, maior será a transparência municipal. Estes resultados corroboram as conclusões do estudo de Piotrowski e Ryzin (2007) e de Jorge *et al.* (2011), ficando implícita a ideia de que, em princípio, munícipes mais instruídos têm uma maior exigência e um maior escrutínio para com os responsáveis municipais, pelo que exercem, sobre estes, uma pressão que leva a níveis de transparência mais elevados.

Por um lado, uma população envelhecida poderá implicar uma menor propensão na utilização de tecnologias de informação. Por outro lado, como têm mais tempo disponível, poderão estar mais sensibilizadas para as questões políticas, pelo que logram uma maior necessidade de informação municipal. Os resultados permitem, tal como Reddick (2005), validar a primeira posição, pelo que, como se estabeleceu uma hipótese de investigação com sinal indefinido, pode-se **validar H₄**. A realidade portuguesa não vai ao encontro da ideia e resultados de Esteller-Moré e Polo Otero (2012). Na nossa opinião, este facto poderá estar relacionado com a fraca cultura de participação cívica e política evidenciada pelos cidadãos portugueses. Esta característica dificilmente se adquire apenas na idade da reforma.

Em relação aos fatores económico-financeiros, os resultados permitem **validar H₉**, corroborando as opiniões de Tavares e Cruz (2014), Caamaño-Alegre, Lago-Peñas e Reyes-Santias *et al.* (2013) e Vicente, Benito e Bastida (2013). Neste sentido, constata-se que os municípios com maior autonomia financeira, que possivelmente até poderão cobrar mais impostos, sentem necessidade de informar mais os cidadãos, pelo que são mais transparentes. Este facto pode contribuir para que os cidadãos não sintam que estão a pagar impostos elevados, pois poderão ter uma ideia precisa da gestão municipal.

Por último, realça-se que não se obtiveram resultados que permitissem validar as hipóteses **H₅, H₆, H₇, H₈ e H₁₀**. No entanto, em relação à participação eleitoral (**H₈**) obtiveram-se resultados significativos, mas contrários à hipótese de investigação inicialmente definida. Deste modo, constata-se que quanto maior for a participação eleitoral, menor será a transparência municipal, pelo que não corroboramos os resultados obtidos por Peñas e Santias *et al.* (2012) e Traunmuller (2001). Parece que os responsáveis municipais acreditam ter uma maior legitimidade democrática, pois foram eleitos com uma grande participação eleitoral, pelo que não sentem necessidade de ser tão transparentes.

7. CONCLUSÕES

Estudos recentes no campo da Administração Pública têm destacado o papel da transparência na divulgação de informação aos cidadãos, possibilitando-lhes participar no processo político, promover a responsabilização, melhorar a qualidade da tomada de decisão do governo, e ajudar a prevenir e mitigar a corrupção. A informação divulgada possibilita desvendar os interesses particulares que podem entrar em conflito com o interesse coletivo e tornar os atores responsáveis por todas as decisões e medidas tomadas ou omitidas.

Este estudo contribui para o conhecimento científico, através da investigação dos determinantes da transparência dos governos locais, procurando, no caso concreto da realidade portuguesa, responder à seguinte questão de investigação: *“quais são os fatores determinantes da transparência nos municípios portugueses”*. Em particular pretendeu-se identificar quais são os fatores que determinam o nível de transparência nos municípios portugueses. Para a concretização do objetivo proposto, testou-se um conjunto de hipóteses, consideradas em estudos similares, usando dados, recolhidos a partir de diferentes fontes, dos 308 municípios de Portugal Continental. Recorreu-se ainda aos resultados do recém-desenvolvido ITM para os anos 2013 e 2014, por um lado, por se tratar de uma medida de transparência ao nível municipal em Portugal e, por outro, pelas dimensões de transparência que abrange. O estudo realizado teve por base a teoria da agência, considerando as relações de agência aplicadas a eleitores/contribuintes (principal) e políticos/dirigentes da administração local (agente).

Em termos gerais, os resultados obtidos apontam como determinantes explicativos da transparência nos municípios portugueses: a dimensão populacional (DIM), os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, que utilizam *internet* (INTER1475), o nível de escolaridade (ESCOL), o índice de envelhecimento (IENV), a taxa de desemprego (TXDESEMP) e a autonomia financeira (AUTFIN). No entanto, não se obtiveram resultados que permitissem validar as hipóteses relacionadas com os fatores políticos, sendo elas a forma de governação (FGOV), a ideologia política (IDEOL) e a participação política/eleitoral (PARTELEI). Alerta-se que em relação à participação eleitoral se obtiveram resultados significativos, mas contrários ao sinal esperado para a hipótese de investigação formulada.

Considerando os resultados obtidos na presente investigação e pese embora não tenha sido estaticamente possível validar todas as hipóteses de investigação formuladas e conseqüentemente confirmar o poder explicativo de todas as variáveis analisadas, entende-se que as conclusões deste estudo encontram fundamentação

na teoria da agência, enquanto norteador das decisões de oferta de transparência, conforme proposto no enquadramento teórico apresentado.

Sugere-se como investigação futura, estudar outras variáveis, tais como a proximidade dos concelhos, o número de mandatos do presidente do município e a existência de instituições de ensino superior no concelho do município. Outro trabalho poderá estar relacionado com a utilização do mesmo modelo de análise, mas redefinindo a construção variáveis utilizadas.

Outro estudo interessante seria identificar, junto dos cidadãos, média e outros atores públicos locais, as principais motivações e constrangimentos na procura de maior transparência juntos dos municípios portugueses.

Por fim, e tal como referido, salienta-se que esta investigação teve como propósito o contributo significativo para a literatura do estudo dos determinantes da transparência nos municípios portugueses, em grande parte devido ao reduzido número de estudos realizados nesta área e, particularmente, considerando o ITM. Com as conclusões apresentadas crê-se ter concretizado os propósitos definidos para o estudo e incitar novas investigações nesta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albalade del Sol, D. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*.16(1), pp. 90–107.
- Alt, J. (2006). *The causes of fiscal transparency: evidence from the U.S. states*. International Monetary Fund – IMF Staff Papers.53, pp. 30-57.
- Alt, J., Lassen, D. & Skilling, D. (2001). *Fiscal transparency, gubernatorial popularity and the scale of government: evidence from the States*. EPRU Working Paper Series, 16. Copenhagen: Economic Policy Research Unit, University of Copenhagen.
- Bastida, F. & Benito, B. (2007). *Central government budget practices and transparency: an international comparison*. *Public Administration*. 85(3), pp. 667-716.
- Batalha, S. (2014). *Determinantes da transparência municipal em Portugal: uma análise empírica*. Dissertação de Mestrado em Economia e Políticas Públicas, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- Benito, B. & Bastida, F. (2009). Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: an international approach. *Public Administration Review*. 69(3), pp. 403-416.
- Bolívar, M., Muñoz, L. & Hernández, A. (2013). Determinants of financial transparency in government. *International Public Management Journal*.16(4), pp. 557-602.
- Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F. & Santiago-Boubeta, A. (2013). Budget transparency in local governments: an empirical analysis. *Local Government Studies*.39(2), pp. 182-207.
- Cárcaba García, A. & García García, J. (2008). Determinantes de la divulgación de información contables a través de *Internet* por parte de los gobiernos locales. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*. 37(137), pp. 63-84.
- Christiaens, J. (1999). *Financial accounting reform in Flemish municipalities: an empirical investigation*.*Financial Accountability & Management*. 15(1), pp. 21-40.
- Christoph, A., Schaltegger, C. & Torgler, B. (2007).*Government accountability and fiscal discipline: a panel analysis using Swiss data*.*Journal of Public Economics*. 91, pp. 117-140.
- Esteller-Moré, A. & Polo Otero, J. (2012). Fiscal transparency: (Why) does your local government respond? *Public Management Review*.14(8), pp.1153-73.

- Ferejohn, J. (1986). Incumbent Performance and Electoral Control. *Public Choice*. 50, pp. 5-25.
- Ferejohn, J. (1999). *Accountability and authority: towards a model of political accountability*, in: A. Przeworski, S. C. Stokes and B. Manin (Eds) *Democracy, Accountability and Representation*, pp. 131-153. New York: Cambridge University Press.
- Gallego-Álvarez, I., Rodríguez-Domínguez, L. & García-Sánchez, I. (2010). Are determining factors of municipal e-government common to a worldwide municipal view? An intra-country comparison. *Government Information Quarterly*. 27(4), pp. 423-430.
- García, I., Frías, J. & Rodríguez, L. (2013). Determinants of corporate social disclosure in spanish local governments. *Journal of Cleaner Production*. 39, pp. 60-72.
- Guillamón, M., Bastida, F. & Benito, B. (2011). The determinants of local government's financial transparency. *Local Government Studies*. 37(4), pp. 391-406.
- Ingram, R. (1984). *Economic incentives and the choice of state government accounting practices*. *Journal of Accounting Research*. 22(1), pp. 126-144.
- Ingram, R. & Copeland, R. (1982). *Municipal market measure and reporting practices: an extension*. *Journal of Accounting Research*. 20, pp. 766-772.
- Jensen, M. & Meckling, W. (1976). *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. *Journal of Financial Economics*. 3(4), pp. 305-360.
- Alegre, J., Peñas, L., Santias, F. & Boubeta, A. (fevereiro, 2012). *Budget transparency in local governments: an empirical analysis*. Disponível em SSRN: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1768091>.